

IV - gestão adequada de resíduos, viabilizando a implantação da coleta seletiva e do reaproveitamento de materiais;

V – qualidade de vida no ambiente de trabalho.

Art. 6º A Comissão Gestora da A3P no IBRAM é composta por servidores efetivos dos seguintes setores deste Instituto: 1 (um) servidor da Secretaria-Geral, 1 (um) servidor da Procuradoria Jurídica, 1 (um) servidor da Assessoria de Comunicação, 1 (um) servidor da Unidade de Planejamento, 2 (dois) servidores da Superintendência de Licenciamento e Fiscalização, 2 (dois) servidores da Superintendência de Áreas Protegidas, 2 (dois) servidores da Unidade de Administração Geral e 3 (três) servidores da Superintendência de Estudos, Programas, Monitoramento e Educação Ambiental (sendo um o coordenador da Comissão).

§ 1º Os membros da Comissão Gestora da A3P deverão ter disponibilidade para reuniões ordinárias com periodicidade quinzenal, reuniões extraordinárias, quando necessário, e para executar os procedimentos necessários à implementação do plano de ação da A3P no IBRAM.

§ 2º Os membros de cada setor devem intermediar as relações entre a Comissão e seu respectivo setor.

§ 3º O exercício da função de membro da Comissão Gestora da A3P no IBRAM é de caráter honorífico, sendo serviço público relevante não remunerado.

§ 4º O mandato dos membros é de caráter permanente, permitindo-se substituições quando necessário.

§ 5º Os representantes de cada um dos setores relacionados no caput serão indicados pelas respectivas chefias, via memorando, à Presidência do Instituto e a designação será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal.

Art. 7º Esta Comissão ficará subordinada à Presidência deste Instituto, sob supervisão da Superintendência de Estudos, Programas, Monitoramento e Educação Ambiental (SUPEM).

Art. 8º Os recursos orçamentários e financeiros necessários para as ações de responsabilidade da Comissão Gestora da A3P no IBRAM serão provenientes de Programa de Trabalho sob supervisão da SUPEM ou de parcerias e convênios firmados com organizações governamentais e não-governamentais.

Art. 9º Esta Instrução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário da Instrução nº 135, de 07 de agosto de 2012, publicadas no Diário Oficial do Distrito Federal de 16 de agosto de 2012.

NILTON REIS BATISTA JUNIOR

CONSELHO DE RECURSOS HÍDRICOS DO DISTRTO FEDERAL

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA 2013

Ao nono dia do mês de maio do ano de dois mil e treze, na SEPN Quadra 511, Bloco C 4ª andar, Ed. Bittar – Asa Norte, realizou-se a quarta reunião ordinária do Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal – CRH-DF com a seguinte pauta: Discutir estratégias para identificar e assegurar a confluência das políticas e dos projetos que envolvem financiamento para Recursos Hídricos. Estavam presentes o presidente EDUARDO BRANDÃO a presidente suplente MARIA SILVIA (SEMARH) e os seguintes conselheiros (as): EDILSON FERNANDES DO CARMO (SEOPS); RAQUEL CARVALHO BROSTEL (CAESB); ANA CAROLINA SCHINZEL P. LEITE (CEB); JORGE ENOCH FURQUIM WERNECK LIMA (EMBRAPA); FRANCISCO ALVES RIBEIRO (SRDF); ANA PAULA DIAS CASTRO MACHADO PESSOA (FIBRA); CÉLIO ERNESTO BRANDALISE (CBH/MARANHÃO); MÔNICA CALTABIANO EICHLER (CBH/MARANHÃO); CLÁUDIO MALINSKI (CBH/PRETO); JULIANE BERBER (ABES/DF); WALDIR DUARTE COSTA FILHO (ABAS); SÉRGIO KOIDE (UnB). Justificaram a ausência os conselheiros RAFAEL CARLOS DE OLIVEIRA (SEDHAB) e MARCELO RESENDE (UCB). Os demais conselheiros não justificaram a ausência. A presidente suplente MARIA SILVIA deu início à reunião solicitando que os conselheiros enviassem suas sugestões para o e-mail do CRH/DF com o objetivo de elaborar um documento com todas as sugestões abordadas na 7ª reunião extraordinária sobre o PROGESTÃO elaborado pela ANA visando apoiar a elaboração do programa. Em seguida passou a palavra para o Subsecretário de Saúde Ambiental da SEMARH, o Senhor Luiz Maranhão, que fez uma breve explanação sobre os projetos elaborados pela Secretaria voltados para os impactos de situações ambientais agressivas na saúde humana e o controle de qualidade do ar, citou o Plano de Controle de Poluição Veicular – PCPV e o Plano de Poluição Sonora. Em seguida a presidente suplente MARIA SILVIA iniciou uma apresentação sobre os Programas, Projetos e Ações para promoção dos recursos hídricos do DF e o Diagnóstico para identificação dos Componentes do Programa Caminho das Águas – em busca de sinergia. Destacou a importância do I) ZEE/DF, na (i) proposição das Zonas para gestão de Recursos Hídricos (RH) e Prestação de Serviços Ecossistêmicos (PSE): qualificação das Diretrizes e refinamento das poligonais; (ii) compatibilização com o previsto no PDOT, compreensão das zonas e subzonas que impactam as zonas vocacionadas à gestão dos recursos hídricos e PSE, para o refinamento das Diretrizes do ZEE-DF e alinhamento de programas, projetos e obras; (iii) PGIRH, Qualificação de: Zonas do ZEE-DF e Programas de ação, II) PDDU, Falta atualização e integração com demais Planos Distritais, à luz do ZEE, III) PDRS, Estruturar a discussão de efluentes e contaminantes de RH, para a Conferência Distrital de RS e para qualificação das Zonas do ZEE-DF. Ao final, apresentou uma proposta de Cronograma de Discussão para o CRH/DF em 2013. O conselheiro JORGE ENOCH parabenizou a apresentação e falou da falta de informações sobre a área de agricultura na apresentação. O conselheiro SÉRGIO KOIDE informou que a UnB possui trabalhos voltados para essa área e informou que será realizado um seminário sobre o projeto Águas do DF e que provavelmente será realizado no mês de junho na sede da CAESB em Águas Claras. Destacou a importância sobre a discussão do PDDU e solicitou mais informações sobre a definição do que deve ser feito na sala de situação. O presidente EDUARDO BRANDÃO destacou a importância do Programa Caminho

das Águas, sugeriu que o Conselho realize a consolidação das ações e programas voltados para a área de Recursos Hídricos no DF e elabore um único planejamento de recursos hídricos para o DF visando fortalecer o Conselho e atingir a eficiência dos programas. A conselheira RAQUEL BROSTEL informou que os projetos elaborados pela CAESB priorizaram inicialmente a Bacia do Paranoá. A conselheira MÔNICA EICHLER informou que existem vários planos e programas que não são executados e sugeriu que o Conselho trabalhe na implementação do PGIRH, que teve sua revisão aprovada em junho de 2012 pelo CRH-DF. Como o CRH/DF não é um órgão técnico sugeriu a retomada das câmaras técnicas para auxiliar no processo de implementação do PGIRH. A conselheira ANA CAROLINA SCHINZEL colocou a CEB à disposição do Conselho e informou que pode contribuir com estudos e materiais. A conselheira JULIANE BERBER destacou o Plano de Desocupação da Orla do Lago Paranoá e solicitou que fosse assunto de pauta para futura exposição e discussão. O conselheiro CLÁUDIO MALINSKI informou que o uso da água na bacia do rio preto é basicamente para agricultura e há possibilidade de aumentar as áreas irrigadas devido o retorno financeiro da atividade. Destacou a importância de gerenciar essa questão de recursos hídricos para não faltar água. A conselheira ANA PAULA PESSOA concordou com a retomada das atividades das câmaras técnicas e frisou a importância de desenvolver um trabalho junto com a indústria e assim evitando o retrabalho. O conselheiro WALDIR DUARTE informou que o CPRN tem um projeto de nível nacional de monitoramento de águas subterrâneas e sugeriu que o Conselho convide o CPRN para uma apresentação. O conselheiro SÉRGIO KOIDE demonstrou preocupação com as questões de drenagem urbana como implementação do projeto do piscinão em Vicente Pires e com o acúmulo de lixo urbano. Explicou que as bacias de detenção devem ser feitas no meio da bacia e não no início como está sendo feito. O conselheiro CÉLIO BRANDALISE solicitou um maior suporte aos comitês de bacia e informou que haverá a construção de uma barragem no rio maranhão que tomará áreas do DF e solicita maiores informações do Governo sobre a construção da barragem. Após explanações dos conselheiros o presidente EDUARDO BRANDÃO passou a palavra para o Reinaldo Hirofuni, presidente da associação dos chacareiros de Vicente Pires que relatou a situação em Vicente Pires, demonstrou preocupação em relação à bacia de contenção na beira do córrego e solicitou que o CRH/DF realize uma reunião para tratar desse assunto. A presidente suplente MARIA SILVIA solicitou um maior compromisso dos órgãos que compõem o Conselho e a efetiva participação nas reuniões, assim como o compromisso com os projetos em desenvolvimento, da Sala de Situação. E ao final fez uma breve síntese dos encaminhamentos extraídos na reunião: Estudar as alternativas para suporte técnico externo (contratado) ao CRH para interfaces e integração dos programas e leva-las ao conselho; Estudar as alternativas para retomada de Câmara Técnica do CRH/DF; Estudar alternativas para retomada das discussões do PDDU, no CRH/DF; Organizar cronograma de reuniões 2013 com os temas elencados, convidando os órgãos para as apresentações técnicas; Continuar o levantamento das informações técnicas; Assegurar o envolvimento da FIBRA nas ações do sistema de gerenciamento dos recursos hídricos e Investigar a situação da informação dada pelo conselheiro do CBH Maranhão, quanto a um projeto de barragem que inundaria terras na porção norte do DF. Vencida a pauta o presidente encerrou a reunião.

ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA 2013.

Ao oitavo dia do mês de agosto do ano de dois mil e treze, na SEPN Quadra 511, Bloco C 4ª andar, Ed. Bittar – Asa Norte, realizou-se a quinta reunião ordinária do Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal – CRH-DF com a seguinte pauta: Discutir estratégias para andamento do CRH. Estavam presentes a presidente substituta MARIA SILVIA ROSSI e os seguintes conselheiros (as): PATRÍCIA VALLS (IBRAM); DIÓGENES MORTARI (ADASA); PRISCILA PARIS MENDONÇA PEREIRA (CEB); JORGE ENOCH FURQUIM WERNECK LIMA (EMBRAPA); ANA PAULA DIAS CASTRO MACHADO PESSOA (FIBRA); CÉLIO ERNESTO BRANDALISE (CBH/MARANHÃO); MÔNICA CALTABIANO EICHLER (CBH/MARANHÃO); CLÁUDIO MALINSKI (CBH/PRETO); JULIANE BERBER (ABES/DF). A Conselheira POLLIANA CARVALHO BARROS NASCIMENTO (SEOPS) justificou a ausência. Os demais conselheiros não justificaram ausência. A presidente substituta iniciou a reunião fazendo uma avaliação da atuação do CRH e do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos do DF, destacando a retomada do CRH a partir de 2011 e os grandes avanços obtidos no Sistema. No entanto, salientou a necessidade de um salto de qualidade a partir de agora, com um maior protagonismo das instituições que compõem o CRH cuja atuação continua tímida (não apenas da sociedade civil como dos entes públicos do sistema), para que se avance (i) nas discussões estruturantes do Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos do DF (Agência de Bacia, Fundo, papel das instituições e principais instrumentos de gestão); (ii) na produção de um conjunto de Resoluções que desdobrem não só o PGIRH como refinem os principais instrumentos de gestão que estão sob responsabilidade dos entes do sistema; (iii) os níveis de profissionalização do CRH considerando a oportunidade ofertada pelo Presidente do Conselho no sentido de suporte técnico para qualificação das decisões do Conselho assim como a avaliação de experiências pretéritas quanto a Câmaras

Técnicas e Grupos de Trabalho. Informou mudanças na estratégia atual do conselho e propôs duas reuniões extraordinárias com oficinas de trabalho para (i) assegurar o nivelamento das instituições que compõem o CRH sobre o Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos do DF (entes, responsabilidades, instrumentos, normativas, integração do sistema), e (ii) definir as linhas prioritárias de ação do CRH para este período de sorte a assegurar direção aos trabalhos, coordenação e comprometimento dos entes do sistema. A conselheira ANA PAULA lembrou a todos a demanda em reunião anterior para apresentação dos trabalhos desenvolvidos pelos Comitês de Bacias Hidrográficas do DF, solicitando que este tema entre em pauta se possível na próxima reunião. O conselheiro CLAUDIO concordou com a avaliação da Presidência e apontou a necessidade da formação da Agência de Bacias para real suporte aos Comitês, o que hoje acontece

com certo apoio da Adasa, uma vez que existem demandas importantes à exemplo das barragens e da cobrança do uso de água que já existe em partes do DF, como na Bacia do Preto, devido ao Comitê Nacional do São Francisco. A conselheira JULIANE concordou com a demanda da conselheira Ana Paula quanto à apresentação dos Comitês no CRH, ponderou a importância de regularidade na produção das atas, logo após as reuniões e sugeriu que o Regimento Interno do CRH seja alterado para incluir a participação a AGEFIS – Agência de Fiscalização do Distrito Federal, já que se faz necessário algumas resoluções do Conselho para viabilizar alguns temas que permeiam a AGEFIS. Cita o Plano de Desobstrução da Orla que tem repercussão direta na gestão dos Recursos Hídricos do DF, que o Plano de Uso Múltiplo da Orla deve ser considerado no sistema e que deve constar na agenda de trabalho do CRH. O conselheiro CÉLIO concordou com a avaliação da Presidência quanto à timidez da participação da sociedade civil, ponderando a necessidade de serem mais provocadas. Explicou a situação de falta de participação do Comitê do Maranhão, em vista da ausência de graves problemas na Bacia, o que dificulta a adesão às discussões no Comitê. Concordou com a presidente substituta em elencar principais pontos do CRH e colocá-los em prática. O conselheiro JORGE fez um resumo sobre o histórico do conselho desde sua entrada em 2001 e relembrou aos demais as principais funções do conselho. Comprometeu-se em enviar o material que possui sobre as reuniões anteriores, bem como um informativo sobre a situação dos comitês. A conselheira MÔNICA disse que sente falta da atuação da secretaria executiva no conselho, disse que vê falhas quanto ao trabalho administrativo, apresentou suas experiências neste tipo de trabalho, sugeriu que as pautas sejam elaboradas a partir da ata da reunião anterior, apontou o PGIRH como norteador dos trabalhos do CRH. Ademais, propôs um compartilhamento da secretaria executiva do Conselho. A conselheira PATRÍCIA resumiu a situação dos comitês, falou das dificuldades atuais da participação do IBRAM no CRH em função da ausência de um locus de Recursos Hídricos na estrutura organizacional do órgão, concordando com a Presidência da necessidade de melhorar esta situação. O conselheiro DIÓGENES comentou sobre sua participação no CRH, desde 2005, e os altos e baixos do Conselho de Recursos Hídricos, em virtude das mudanças de Secretarias ao longo dos diversos governos do GDF. Explicou que não é oportuno para a ADASA assumir o papel de Agência de Bacias, comentou que embora as reflexões sejam importantes a ação precisa ser priorizada e que acredita no crescimento do conselho. A conselheira PRISCILA explicou que a CEB modificou sua representação em face da importância do conselho, a qual far-se-á mais participativa. A presidente substituta enfatizou a importância de cada ente assumir seus desafios de participação no Conselho, a começar pela Secretaria, que irá incorporar as experiências compartilhadas sobre o trabalho de Secretaria Executiva que, em 2 anos e meio já avançou muito nas suas competências, e que compartilhar esta função neste momento, resultará não em fortalecimento do sistema, mas novamente de paliativos que precisam ser superados, pelo avanço necessário do Sistema. Ademais, reafirmou e concordou com a conselheira MÔNICA quanto à necessidade de priorização dos desdobramentos do PGIRH e acredita que as oficinas irão clarear a compreensão geral do sistema e a definição das prioridades do conselho. Agendou-se uma Reunião Extraordinária dia 29/08/2013 para realização da primeira das duas oficinas propostas pela Secretaria, tendo como pauta a análise do Sistema de Gerenciamento dos Recursos Hídricos. A conselheira JULIANE solicitou que a AGEFIS seja convidada formalmente para a Reunião Extraordinária – Oficina, a ser realizada dia 29/08. Sem mais, a presidente substituta encerrou a reunião.

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA 2013.

Ao vigésimo sétimo dia do mês de março do ano de dois mil e treze, na SEP/Quadra 511, Bloco C 4ª andar, Ed. Bittar – Asa Norte, realizou-se a sexta reunião extraordinária do Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal – CRH-DF com a seguinte pauta: Posse dos novos membros; Indicação de representantes da sociedade civil para participar de 5ª Conferência Distrital das Cidades; Divulgação do Prognóstico do ZEE-DF e etapa 2; Organização das atividades do CRH/DF e representação no CNRH; calendário de Reuniões Ordinárias – 2013; andamento dos trabalhos dos GT's e situação dos Comitês de Bacias Hidrográficas. Estavam presentes a presidente MARIA SILVIA (SEMARH) e os seguintes conselheiros (as): MAURICIO LEITE LUDUVICE (CAESB); FRANCISCO ALVES RIBEIRO (SRDF); ANA PAULA DIAS CASTRO MACHADO PESSOA (FIBRA); CÉLIO ERNESTO BRANDALISE (CBH/MARANHÃO); DAVI SILVA FAGUNDES (CBH/PARANOÁ); JULIANE BERBER (ABES/DF); ROSANY CRISTINA J. CARVALHO CARNEIRO (FÓRUM ONGs). Justificaram a ausência os conselheiros RAFAEL CARLOS DE OLIVEIRA (SEDHAB) e MÔNICA CALTABIANO EICHLER (CBH/MARANHÃO). Os demais conselheiros não justificaram a ausência. Sob a Presidência da Subsecretária de Meio Ambiente da SEMARH, a senhora MARIA SILVIA, informou que os novos membros não estavam presentes para tomar posse e seguiu para o próximo ponto de pauta. Informou sobre a necessidade de indicar representante da sociedade civil para participar de 5ª Conferência Distrital das Cidades que está sendo organizada pela SEDHAB e solicitou a manifestação de interessados. A conselheira Ana Paula informou que tem dificuldade em participar dessa conferência. O Conselheiro Davi Silva Fagundes se dispôs a representar o CRH/DF na 5ª Conferência Distrital das Cidades. A presidente submeteu à votação a indicação do Conselheiro Davi Silva Fagundes como representante titular, foi aprovado por unanimidade. Informou que seria enviado e-mail para os demais conselheiros para manifestação de interessados para representar o CRH/DF na 5ª Conferência Distrital das Cidades como suplente. Informou sobre uma futura Conferência Distrital de Meio Ambiente que terá como pauta principal a questão dos resíduos sólidos. Em seguida, a presidente iniciou a apresentação acerca do Prognóstico do ZEE-DF e etapa 2, atualmente em curso com foco na Matriz Econômica de sorte a qualificar a Zonificação. Destacou as inovações e as diferenciações do ZEE-DF. Citou as quatro inovações: i)

Introdução do conceito de gestão de risco ecológico: risco de perda de solo por erosão, risco de perda de remanescente do Cerrado e risco de perda de produção hídrica e carga de aquífero; ii) Qualificação da zona de preservação, considerando elementos dinâmicos, particularmente a prestação de serviço ecossistêmico; destaque à questão dos recursos hídricos na proposição de duas zonas específicas de uso antrópico, de uso múltiplo das águas em meio rural e de uso urbano em torno de reservatório; iv) elementos de impacto no território inclusive de impacto urbano. A presidente solicitou que os órgãos e instituições que compõem o CRH/DF contribuam com a qualificação das diretrizes das zonas e subzonas. A presidente destacou a importância de manter a organização das atividades do CRH/DF no ano de 2013 e alertou para o papel estratégico e planejamento das atividades do CRH/DF. Apresentou um balanço das atividades realizadas pela SEMARH na área de recursos hídricos nos dois primeiros anos de governo. Foi apresentada a proposta do calendário de reuniões ordinárias do CRH/DF, de acordo com o regimento foi proposta três reuniões durante o ano, uma a cada três meses. Os conselheiros solicitaram que fossem realizadas mais reuniões durante o ano. Então foi proposta reunião extraordinária nos meses em que não haveria reuniões ordinárias. A presidente submeteu à votação a nova proposta de calendário (7ª reunião extraordinária – 11/4/2013; 5ª reunião ordinária - 9/5/2013; 8ª reunião extraordinária - 13/6/2013; 6ª reunião ordinária - 8/8/2013; 9ª reunião extraordinária - 12/9/2013; 10ª reunião extraordinária - 10/10/2013) que foi aprovado por unanimidade. Informou que a conselheira Vandete Maldaner (IBRAM), que é a atual representante no Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH está de licença maternidade e frisou a necessidade de escolher um representante provisório no CNRH uma vez que o suplente do DF é o Estado do Paraná. Foi avaliado com o Secretário Eduardo Brandão a pertinência de indicar uma pessoa para substituir como titular e o Secretário indicou a Conselheira Maria Silvia. A indicação foi colocada em votação e foi aprovada por unanimidade. Vencida a pauta a presidente encerrou a reunião.

ATA DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA 2013.

Ao vigésimo quinto dia do mês de abril do ano de dois mil e treze, na SEP/Quadra 511, Bloco C 4ª andar, Ed. Bittar – Asa Norte, realizou-se a sétima reunião extraordinária do Conselho de Recursos Hídricos do Distrito Federal – CRH-DF com a seguinte pauta: Informes: Enquadramento dos corpos hídricos; Cobrança pelo uso da água; Outros. Ordem do dia: Apresentação e discussão dos projetos e financiamentos da Agência Nacional de Águas para os Estados; com apresentação detalhada do PROGESTÃO pelo Dr. Paulo Libânio (Especialista de Recursos Hídricos da ANA). Estavam presentes a presidente MARIA SILVIA (SEMARH) e os seguintes conselheiros (as): POLLIANA CARVALHO BARROS NASCIMENTO (SEOPS); KAMILA MENESES (IBRAM); MAURICIO LEITE LUDUVICE (CAESB); LUIZ EDUARDO LEAL DE CASTRO NUNES (IBAMA); JORGE ENOCH FURQUIM WERNECK LIMA (EMBRAPA); FRANCISCO ALVES RIBEIRO (SRDF); NATAL GOMES DA SILVA (SRDF); MARCELO RIBEIRO BILAC (FIBRA); ANA PAULA DIAS CASTRO MACHADO PESSOA (FIBRA); MÔNICA CALTABIANO EICHLER (CBH/MARANHÃO); CLÁUDIO MALINSKI (CBH/RIO PRETO); DIRCEU SILVEIRA REIS JÚNIOR (UNB); ROSANY CRISTINA J. CARVALHO CARNEIRO (FÓRUM ONGs); JORGE ARTUR FONTES CHAGAS DE OLIVEIRA (FÓRUM ONGs). Justificaram a ausência os conselheiros RAFAEL CARLOS DE OLIVEIRA (SEDHAB) e DAVI SILVA FAGUNDES (CBH/PARANOÁ). Os demais conselheiros não justificaram a ausência. Sob a Presidência da Subsecretária de Meio Ambiente da SEMARH, a senhora MARIA SILVIA, solicitou a inversão de pauta, que foi acatada por todos os conselheiros. Em seguida convidou o senhor Paulo Libânio, especialista em Recursos Hídricos da ANA para realizar a apresentação detalhada do PROGESTÃO. O senhor Paulo Libânio iniciou apresentando o Pacto Nacional pela Gestão das Águas com as considerações iniciais. Explicou que é um sistema de gestão integrada com cooperação federativa. Apresentou o Mapa de Gestão mensurando os desafios e preparando-se para enfrentá-los e a definição de metas para desenvolvimento institucional dos Estados. Informou que a estratégia de implementação do PROGESTÃO envolve recursos da ordem de R\$100 milhões para apoio aos SEGREGs; a adesão dos Estados é voluntária e a gestão é mensurada por resultados. Informou que os governos estaduais definem por decreto uma entidade que funcionará como uma secretaria executiva do programa e que a função dos conselhos estaduais será aprovando de no mínimo aprovar o quadro de metas. Desta forma objetiva-se fortalecer os conselhos. Todo recurso disponibilizado será utilizado na área de recursos hídricos, o Estado receberá proporcionalmente às metas alcançadas, o prazo para acompanhar as metas será de cinco anos e a previsão de investimentos é de até 750 mil reais por ano. Finalizou a apresentação informando que a iniciativa do projeto foi lançada no dia 21/3/2013 no Dia Mundial da Água e coincide com o Ano Internacional de Cooperação pela Água. A presidente Maria Silvia abriu a palavra para manifestações dos conselheiros. O conselheiro Maurício Ludovice falou que é um projeto interessante para incentivar a redução das diferenças entre os Estados, questionou o valor financeiro do investimento e sugeriu um mecanismo de flexibilização em relação às metas estabelecidas. A conselheira Ana Paula parabenizou o programa por promover a descentralização da gestão e fortalecer os conselhos de recursos hídricos estaduais. O conselheiro Marcelo Bilac observou que os Estados podem apresentar dificuldades na elaboração e conclusão das metas devido às mudanças de governo. A conselheira Mônica Eichler sugeriu que as ações propostas pelo PGIRH revisado em 2012 sirvam de base para a elaboração das metas do PROGESTÃO e que parte do investimento seja destinado para a estruturação dos comitês e criação da Agência de Bacia e Fundo de Recursos Hídricos. O conselheiro Cláudio Malinski chamou